



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no art. 49, inciso X, e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e, atendendo aos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitados ao Excentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia os seguintes esclarecimentos sobre a outorga de títulos minerários:

- 1) Houve instrução ou qualquer tipo de determinação de autoridade do Poder Executivo no sentido de restringir ou sustar a outorga de títulos minerários?
- 2) Caso tenha havido tal determinação:
 - a) Qual o seu alcance?
 - b) Qual a autoridade responsável por ela?
 - c) Qual instrumento normativo a veiculou?
 - d) Qual a base legal de tal instrumento normativo?
- 3) Quantos alvarás de autorização de pesquisa estão pendentes apenas da chancela do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no Brasil, e por Estado da Federação?
- 4) Qual o valor dos orçamentos previstos para os planos dos trabalhos de pesquisa cujos alvarás de autorização estão pendentes apenas da chancela do Departamento Nacional de Produção



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Mineral (DNPM), no Brasil, e por Estado da Federação?

5) Quantos alvarás de concessão de lavra estão pendentes apenas da chancela do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no Brasil, e por Estado da Federação?

6) Qual o valor dos investimentos previstos nos planos de aproveitamento econômico e nas operações de minas cujos alvarás de concessão de lavra estão pendentes apenas da chancela do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no Brasil, e por Estado da Federação?

JUSTIFICATIVA

O Setor Mineral é de extrema importância econômica para o Brasil e não só por seus números portentosos – faturamento em torno de US\$ 50 bilhões, exportações da ordem de US\$ 39 bilhões, saldo líquido da balança comercial de minérios de US\$ 30 bilhões, previsão de investimentos no período de 2012-2016 de US\$ 75 bilhões, 175.000 empregos diretos gerados –, mas por encontrar-se na base de algumas das mais importantes cadeias produtivas como a agricultura, a construção civil, a metalurgia, a siderurgia e a indústria de transformação de bens duráveis.

O Setor Mineral, entretanto, vive o apagão normativo e o descalabro administrativo. O Ministério de Minas e Energia, desde 2009, vem anunciando modificações no marco regulatório da mineração.

Se não bastasse a insegurança gerada nos investidores pela expectativa das modificações tão



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

precocemente anunciadas e não realizadas, noticia-se que, desde o final de 2011, o Governo Federal suspendeu a outorga de novas autorizações de pesquisa e concessões de lavra de todos os tipos de minério, à exceção daqueles utilizados principalmente na construção civil, das argilas para cerâmica, do calcário, das rochas ornamentais e das águas minerais.

A paralisação atingiu milhares de processos, provocando perda de arrecadação para os governos federal, estaduais e municipais, não geração de empregos, e prejuízo e desestímulo aos investidores.

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) estima que R\$ 20 bilhões em investimentos estão represados por conta da decisão do Governo Federal.

O Brasil não está sozinho no Mundo. Nos últimos vinte anos, muitos países na América Latina, na África e na Ásia abriram seus territórios para investidores dispostos a investir na exploração de seus recursos minerais.

A ação do Governo Federal só faz com que os investimentos inicialmente planejados para o Brasil sejam desviados para outros países, com políticas mais inteligentes e receptivas aos investidores.

Considerando a importância e a gravidade da situação aqui exposta, solicitamos à Mesa do Senado Federal que encaminhe o presente Requerimento de Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia para



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

que, no prazo determinado pela Constituição Federal, informe o que foi solicitado.

Sala das Sessões, 15 de maio 2013.

Senador Aloysio Nunes Ferreira